

A educação nas páginas da folha de São Paulo: um jornal a serviço do capital (1964-1972)

Education in the pages of Folha de São Paulo: a newspaper in service of capital (1964-1972)

La educación en las páginas de folha de São Paulo: un periódico al servicio del capital (1964-1972)

L'éducation dans les pages de Folha de São Paulo : un journal au service du capital (1964-1972)

Marco Antônio de Oliveira Gomes¹

Crislaine Aparecida Pita²

Adriana Aparecida Rodrigues³

¹ Universidade Estadual de Maringá

² Universidade Estadual de Maringá

³ Centro Universitário UniFatecie

Resumo

Este estudo analisa a contribuição da Folha de São Paulo para a construção de consensos em favor do golpe de 1964 e da consolidação da ditadura civil-militar, no recorte temporal de 1964 a 1972. Ao apresentar-se como defensora dos “interesses nacionais”, jornal atuou na deslegitimação do governo João Goulart, associando-o ao comunismo, à desordem e ao colapso institucional, ao mesmo tempo em que exaltou as Forças Armadas como garantidoras da “legalidade” e da “paz social”, ou seja, salvadora do Brasil. No campo educacional, identifica-se a defesa recorrente de uma concepção de educação subordinada ao desenvolvimento econômico, à eficiência e à produtividade,

em consonância com interesses empresariais e com a racionalidade do capital. A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e dialoga com autores como Hobsbawm (1998), Lênine (1918) e Marx e Engels (2007). Constatou-se que ao difundir interpretações e enquadramentos ideológicos sobre política e educação, a imprensa atuou como agente de legitimação e naturalização de projetos burgueses, contribuindo para restringir a educação pública e reforçar sua instrumentalização como suporte à ordem social vigente. Essa estratégia resultou na restrição da educação brasileira e na propagação da educação como instrumento econômico, reforçada pela doutrina hegemônica do capital em prol da ordem burguesa.

Palavras-chave: Folha de São Paulo, Ordem burguesa, Ditadura civil-militar; Educação, Brasil.

Abstract

This study analyzes the contribution of Folha de São Paulo to the construction of consensus in favor of the 1964 coup and the consolidation of the civil-military dictatorship, within the time frame of 1964 to 1972. By presenting itself as a defender of “national interests,” the newspaper acted to delegitimize the João Goulart government, associating it with communism, disorder, and institutional collapse, while simultaneously exalting the Armed Forces as guarantors of “legality” and “social peace,” that is, as saviors of Brazil. In the educational field, the study identifies a recurring defense of a conception of education subordinated to economic development, efficiency, and productivity, in line with business interests and the rationality of capital. The research is based on historical-dialectical materialism and engages with authors such as Hobsbawm (1998), Lenin (1918), and Marx and Engels (2007). It was found that by disseminating ideological interpretations and frameworks on politics and education, the press acted as an agent of legitimation and naturalization of bourgeois projects, contributing to restricting public education and reinforcing its instrumentalization as a support for the prevailing social order. This strategy resulted in the restriction of Brazilian education and the propagation of

education as an economic instrument, reinforced by the hegemonic doctrine of capital in favor of the bourgeois order.

Keywords: Folha de São Paulo, Bourgeois order, Civil-military dictatorship, Education, Brazil.

Resumen

Este estudio analiza la contribución de Folha de São Paulo a la construcción de consenso a favor del golpe de Estado de 1964 y la consolidación de la dictadura cívico-militar, entre 1964 y 1972. Al presentarse como defensor de los “intereses nacionales”, el periódico deslegitimó el gobierno de João Goulart, asociándolo con el comunismo, el desorden y el colapso institucional, al tiempo que exaltaba a las Fuerzas Armadas como garantes de la “legalidad” y la “paz social”, es decir, como salvadoras de Brasil. En el ámbito educativo, el estudio identifica una defensa recurrente de una concepción de la educación subordinada al desarrollo económico, la eficiencia y la productividad, en consonancia con los intereses empresariales y la racionalidad del capital. La investigación se basa en el materialismo histórico-dialéctico y aborda autores como Hobsbawm (1998), Lenin (1918) y Marx y Engels (2007). Se descubrió que, al difundir interpretaciones y marcos ideológicos sobre política y educación, la prensa actuó como agente de legitimación y naturalización de los proyectos burgueses, contribuyendo a restringir la educación pública y reforzando su instrumentalización como apoyo al orden social imperante. Esta estrategia resultó en la restricción de la educación brasileña y la propagación de la educación como instrumento económico, reforzada por la doctrina hegemónica del capital a favor del orden burgués.

Palabras clave: Folha de São Paulo, Orden burgués, Dictadura civil-militar; Educación, Brasil.

Résumé

Cette étude analyse la contribution de Folha de São Paulo à la construction d'un consensus en faveur du coup d'État de 1964 et à la consolidation de la

dictature civilo-militaire, entre 1964 et 1972. En se présentant comme un défenseur des « intérêts nationaux », le journal a œuvré à délégitimer le gouvernement de João Goulart, l'associant au communisme, au désordre et à l'effondrement des institutions, tout en exaltant les forces armées comme garantes de la « légalité » et de la « paix sociale », autrement dit, comme sauveuses du Brésil. Dans le domaine de l'éducation, l'étude met en évidence une défense récurrente d'une conception de l'éducation subordonnée au développement économique, à l'efficacité et à la productivité, conformément aux intérêts des entreprises et à la rationalité du capital. La recherche s'appuie sur le matérialisme historico-dialectique et dialogue avec des auteurs tels que Hobsbawm (1998), Lénine (1918) et Marx et Engels (2007). Il a été constaté qu'en diffusant des interprétations et des cadres idéologiques sur la politique et l'éducation, la presse agissait comme un agent de légitimation et de naturalisation des projets bourgeois, contribuant ainsi à restreindre l'éducation publique et à renforcer son instrumentalisation au service de l'ordre social dominant. Cette stratégie a entraîné la restriction de l'éducation au Brésil et la propagation d'une conception de l'éducation comme instrument économique, confortée par la doctrine hégémonique du capital au service de l'ordre bourgeois.

Mots-clés: Journal Folha de São Paulo, Ordre bourgeois, Dictature civilo-militaire ; Éducation, Brésil

Introdução

Nos últimos anos, disputas públicas de memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar voltaram a ganhar visibilidade, inclusive por meio de interpretações que relativizam a repressão do período, como a caracterização de “ditabranda” publicada pela Folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 2009. Esse debate recoloca um problema central para a pesquisa histórica: o papel da grande imprensa na produção de consensos políticos e morais que sustentaram a ruptura institucional e a consolidação do regime instaurado em 1º de abril de 1964.

Partimos do entendimento de que a ditadura produziu ganhos e oportunidades para frações da burguesia e para grupos empresariais estratégicos. Nesse cenário, a Folha de São Paulo integra um conjunto de agentes que também se beneficiou do período e expandiu suas estruturas produtivas e empresariais.

Foi durante a ditadura militar que o Grupo Folha modernizou suas estruturas produtivas e se expandiu empresarialmente, tornando-se um dos principais conglomerados jornalísticos do país. Naquele período, sob o comando de Frias e Caldeira, a empresa obteve ganhos materiais e benefícios financeiros, que resultaram na conformação de um poderoso conglomerado (Teles; Osmo; Calazans, 2023, p. 168).

Em contrapartida, a classe trabalhadora arcou com o ônus da modernização econômica, que só foi possível com o arrocho salarial, a perseguição e a repressão das lideranças sindicais no meio urbano e rural, entre outros aspectos (Arquidiocese de São Paulo, 1985). É nesse terreno contraditório que se insere a atuação da imprensa como força social ativa e interessada.

Diante disso, este artigo parte da seguinte pergunta de investigação: de que modo a Folha de S. Paulo contribuiu para legitimar a ruptura institucional de 1964 e para difundir um projeto educativo subordinado à racionalidade do capital, no período de 1964 a 1972?. O objetivo geral é analisar os vínculos entre o periódico e a construção de legitimidade da ditadura civil-militar e de seu projeto educacional, tomando a imprensa como instância ativa — e não neutra — na disputa de classe. Como objetivos específicos, o artigo busca: (a) examinar o papel do jornal na construção do consenso favorável ao golpe de 1964; (b) identificar as concepções de educação difundidas em suas páginas no período 1964-1972; e (c) analisar a relação entre as reformas educacionais do regime e a sua cobertura jornalística. Sustentamos que, no período, o jornal operou como instância de orientação ideológica, uma espécie de “educador” do leitor, ao enquadrar a realidade nacional a partir da defesa da ordem, do anticomunismo e da eficiência, naturalizando medidas repressivas e reformas

alinhadas ao mercado. Do ponto de vista da contribuição ao campo da história da educação, este artigo distingue-se por mobilizar um corpus jornalístico sistemático — os editoriais e matérias da Folha de São Paulo entre 1964 e 1972, para analisar como a imprensa operou como agente de legitimação das reformas educacionais da ditadura civil-militar. Diferentemente de estudos que privilegiam fontes legislativas ou escolares, a abordagem aqui adotada toma o periódico simultaneamente como fonte e como objeto, evidenciando a articulação entre discurso jornalístico, interesses de classe e políticas educacionais. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa ancora-se no materialismo histórico-dialético e na concepção de história comprometida com a análise das condições materiais e das relações sociais efetivas, tomando a imprensa como fonte e também como parte do processo histórico. Partimos de alguns postulados teórico-metodológicos: a) não é possível desconsiderar das fontes históricas que registraram o movimento de fortalecimento da hegemonia burguesa; b) a imprensa e a educação não podem ser compreendidas de forma abstrata e acima dos interesses em uma sociedade de classes; c) o jornal, em que pese as diferenças editoriais presentes nos inúmeros órgãos de imprensa, expressa a materialização das disputas ocorridas na sociedade em um determinado período histórico.

[...] como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, como isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (Marx; Engels, 2007, p. 43).

Nesse sentido, o golpe de 1964 não foi um “raio em um céu azul”, mas a expressão da direção intelectual e moral da burguesia que fez uso dos mais diferentes recursos, como a imprensa, como meio de legitimar o arbítrio.

A compreensão das causas que resultaram no golpe requer sua articulação a um complexo conjunto de fatores socioeconômicos e políticos, de interesses internos e externos, que conduziram o país a uma intervenção de caráter repressivo (Favaro; Semzezem; Marcolino, 2020, p. 03).

No decorrer da ditadura empresarial-militar, a Folha de São Paulo legitimou não somente a perseguição, mas as reformas que contribuíram para o esvaziamento da educação pública em nome da eficiência e da produtividade exigidas pelo mercado. Desse modo, como procedimento, realizamos análise documental de editoriais e matérias do periódico, corpus composto por editoriais, reportagens e artigos de opinião publicados entre 1964 e 1972, selecionados a partir de busca sistemática por termos relativos à educação, ao golpe e à ditadura civil-militar, buscando identificar recorrências discursivas, categorias mobilizadas e estratégias de persuasão. As categorias analíticas centrais são: (1) legitimação do golpe e anticomunismo; (2) concepção de educação e desenvolvimento econômico; e (3) relação entre reformas educacionais e racionalidade do capital. O método utilizado é a análise do discurso de orientação histórico-materialista. Por fim, o texto organiza-se em: discussão sobre a preparação ideológica para o golpe e exame do jornal como instância de hegemonia e produção de consenso; e análise das formulações sobre educação presentes nas páginas do periódico no recorte estudado.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa fundamenta-se na análise documental de editoriais, reportagens e artigos de opinião publicados pela Folha de São Paulo no período de 1964 a 1972. O corpus é composto por materiais jornalísticos selecionados a partir de busca sistemática por temas relativos à educação, ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. A análise orienta-se pelo materialismo histórico-dialético

e organiza-se em torno de três categorias: (1) legitimação do golpe e anticomunismo; (2) concepção de educação subordinada ao desenvolvimento econômico; e (3) relação entre as reformas educacionais do regime e a cobertura jornalística. A imprensa é tomada simultaneamente como fonte histórica e como objeto de análise, na perspectiva gramsciana de aparelho privado de hegemonia.

Educando o leitor para o golpe de 1964: o caso da folha de são paulo

A análise do posicionamento político da imprensa no período que antecede o golpe de 1964 e ao longo da ditadura civil-militar não pode ser compreendida de forma isolada, como se a atuação dos jornais fosse neutra ou exterior aos conflitos históricos. Isto posto, partimos do postulado de que a apreensão da realidade concreta exige considerar as transformações na produção da vida social e, portanto, os interesses de classe que atravessam as disputas políticas. Nesse sentido, cumpre assinalar que historicamente a imprensa no Brasil possui vínculos importantes com os interesses das classes dominantes, divulgando seus projetos como se fossem do interesse “geral” ou da “nação”. Assim, além de manter relações orgânicas com os diferentes setores da burguesia, os jornais incorporam os padrões autoritários presentes na formação social brasileira, contribuindo para a naturalização da concepção de mundo burguesa e para a construção de consensos em momentos de crise.

A orientação editorial e as notícias veiculadas pela Folha de São Paulo no período anterior ao golpe demonstram seu alinhamento com a suposta defesa da “democracia”, o que implicava na negação de um governo legitimamente eleito pelo voto popular, identificado supostamente com o “comunismo”. Tal postura se articula às formulações da Escola Superior de Guerra (instituição criada em 1949, que teve como o exemplo o modelo do National War College, dos Estados Unidos) e a Doutrina de Segurança Nacional (foi um dos desdobramentos da formação de oficiais do exemplo estadunidense), difundidas no contexto da Guerra Fria, que apresentavam as

Forças Armadas como guardiãs da “civilização cristã ocidental” e legitimavam a intervenção como solução para a crise política.

Na análise do historiador Carlos Fico, a ESG e a DSN refletiam a tradicional visão autoritária da elite, para quem o povo brasileiro era moralmente degenerado e preguiçoso, incapaz, portanto, de se autogovernar. Como os positivistas e os tenentes, o programa da ESG esperava reformar a nação em um molde militar. O que a DSN esperava, no final, era ajudar a resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo (Serbin, 2001, p. 87).

A partir do contexto da Guerra Fria, a grande imprensa brasileira (jornais, rádio, televisão) explicitou com maior nitidez seu projeto de classe, ao se colocar como defensora do “mundo livre”, em oposição ao comunismo, estereotipando seus militantes e caracterizando determinados sujeitos como transgressores da lei e subversivos contrários às tradições pacíficas e ordeiras do “povo” brasileiro. Esse enquadramento não se limitou à opinião, haja vista que foi um mecanismo de produção de consenso, que convertia conflitos sociais em “desordem” e reivindicações populares em “subversão”, preparando o terreno para soluções de força.

Nesse cenário, é decisivo recuperar as contradições do ciclo desenvolvimentista, sobretudo no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), sustentado pela abertura ao capital estrangeiro, e pelo endividamento, com efeitos regressivos sobre a economia e sobre a distribuição interna de riqueza. Entretanto, os meios pelos quais se deu o ciclo desenvolvimentista do período afetaram profundamente a economia brasileira, caracterizada pela subordinação aos interesses imperialistas e severamente desigual no aspecto interno. Os padrões tecnológicos trazidos pelo capital europeu e estadunidense não promoveram um patamar de destaque nas relações internacionais, a absorção da força de trabalho foi limitada e, por fim, o modelo de desenvolvimento aplicado agravou as desigualdades regionais e de classes.

Dessa forma, o endividamento externo e o crescimento das taxas inflacionárias constituíram-se no desdobramento do projeto desenvolvimentista.

O fato é que a modernização dependente não promoveu absorção ampla de força de trabalho, agravou desigualdades regionais e intensificou tensões sociais, o que favoreceu o avanço de discursos moralistas e antipopulares, capitalizados eleitoralmente por forças conservadoras no início dos anos 1960. E a vitória de Jânio Quadros (1960), com estilo personalista e retórica moralizante, expressou esse rearranjo, pois sua política econômica de austeridade penalizou a classe trabalhadora e sua política externa independente, em plena Guerra Fria, provocou reações de setores conservadores das Forças Armadas e da burguesia. A crise se acirrou e atingiu o ápice com a condecoração de Ernesto “Che” Guevara (19/08/1961), episódio mobilizado como símbolo do “perigo comunista” a ser “exorcizado”, culminando na renúncia e na crise sucessória que antecipou o golpe “branco” de 1961.

A tentativa de impedir a posse de João Goulart, em 1961, não pode ser lida como ato exclusivo dos quartéis, então tratou-se de uma articulação que condensava interesses internos e externos. A resistência organizada pela “Rede da Legalidade” e a solução do parlamentarismo reduziram prerrogativas presidenciais e mantiveram o governo sob permanente instabilidade. Mesmo com o retorno ao presidencialismo em 1963, a crise não se encerrou, já que, as reformas e a ampliação da participação popular colidiam com as necessidades da modernização capitalista dependente, que exigia intensificação da exploração do trabalho e bloqueio de qualquer programa reformista. Nesses termos,

[...] pode-se dizer que o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado. Goulart foi empossado em setembro de 1961, depois de fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros. Com sua inesperada renúncia Jânio Quadros visava, contudo, o fechamento do congresso que lhe fazia oposição. Não tendo povo saído as ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela

junta militar pode ser interpretada como um golpe branco. O Congresso ameaçado pela espada reformou a Constituição sob um clima insurrecional, contrariando assim, dispositivos constitucionais (Toledo, 2004, p. 14).

Assim, o parlamentarismo foi a alternativa encontrada para que João Goulart assumisse a presidência, mas sem as prerrogativas que lhe garantiam a Constituição de 1946. Até janeiro de 1963, seus poderes encontravam-se reduzidos pela Emenda Constitucional n. 4, que determinava em seu Art. 1º que: “[o] Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal” (Brasil, 1961, p. 01). Contudo, nem mesmo o retorno do presidencialismo foi capaz de solucionar a crise e, diga-se de passagem, nem poderia. Isso porque a modernização proposta pelo capital requeria a intensificação da exploração da força de trabalho. Para isso, seria necessário abortar qualquer projeto reformista ou nacionalista representado pelo Governo João Goulart. Além do exposto, o Governo João Goulart enfrentava uma crise econômica e financeira, que se tornava ainda mais grave diante das pressões da oposição. Assim, representando os setores identificados com as proposições nacionalistas e reformistas, João Goulart optou por um programa que buscava reforçar a participação dos capitais nacionais e estatais em setores estratégicos da economia.

O programa de Goulart articulava regulação econômica, redistribuição e soberania nacional: buscou o monopólio estatal do petróleo, a desapropriação de refinarias privadas, o controle do redesconto bancário, a revisão da dívida externa e uma política externa independente nos organismos multilaterais. No plano social, propôs a Reforma Agrária, o reajuste do salário mínimo, a extensão do direito de voto a analfabetos e soldados e a expansão da educação às classes populares (Dreifuss, 1981). O conjunto dessas medidas, ainda que de natureza reformista e não anticapitalista, colidia frontalmente com os interesses do capital estrangeiro e das frações dominantes da burguesia brasileira, que as interpretaram como ameaça à ordem estabelecida, o que explica a intensidade da reação que desencadearam.

Nesse processo, as iniciativas reformistas de João Goulart, incluindo

medidas de regulação econômica, reformas agrária e eleitoral e propostas no campo educacional com expansão de direitos, aprofundaram a ruptura do pacto de conciliação e aceleraram a ofensiva das classes dominantes. É nesse ponto que se evidenciam os dispositivos de organização política e ideológica da burguesia, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que articularam empresários, banqueiros, multinacionais, segmentos católicos e frações industriais em torno do anticomunismo e do desenvolvimento associado ao capital internacional, inclusive com estruturas clandestinas e financiamento de campanhas de desestabilização.

Para além da aparência de legalidade institucional de congregação de empresários em torno de objetivos comuns, o IPES também possuía uma estrutura clandestina, que operava contra o governo de João Goulart por meio de propagandas orquestradas para a desestabilização do governo, além de financiar manifestações públicas de oposição. Nesse contexto, amplos segmentos da burguesia, como a Federação das Indústrias de São Paulo, a Confederação Nacional das Indústrias, latifundiários, a alta hierarquia católica, entre outros, temiam que as reformas propostas por Goulart contribuíssem para uma suposta subversão comunista da ordem.

Entre 1961 e 1964, o anticomunismo se constituiu em peça chave para o entendimento da deflagração do golpe militar de 31 de março de 1964. Os motivos para o autor são de ordem interna e externa. No plano internacional aponta a importância do entendimento da Revolução Cubana que mergulhou a América Latina nos conflitos entre os blocos liderados pela União Soviética e pelos Estados Unidos (Motta, 2002, p. 38).

A partir dessa afirmativa, entendemos que entre 1961 e 1964, portanto, o anticomunismo não foi um “excesso retórico”, mas peça-chave da estratégia golpista. Nessa trajetória, a Folha de São Paulo atuou como de pregação anticomunista, posicionando-se em oposição à suposta “ameaça vermelha”, mobilizando chamadas e reportagens que ensinavam o leitor a identificar “técnicas subversivas” e a enxergar no conflito social a ação de um inimigo

interno. Em 20 de julho de 1963, o jornal publicou em sua primeira página: “Uma ideologia ameaça o Brasil. O que é o comunismo? Como pensam e agem os comunistas? Quais as técnicas subversivas em execução no mundo e, particularmente, no Brasil? Como identifica-las?” (Folha de São Paulo, 1963, p. 01). Sem dúvidas, a demonização das organizações populares aparece articulada ao medo da participação política das massas e, de forma análoga, a “infiltração comunista” passou a ser denunciada também no terreno educacional.

No mesmo movimento, a Folha de São Paulo lançou suspeitas sobre a alfabetização vinculada ao método Paulo Freire, insinuando que a política educacional do governo poderia “incutir” valores comunizantes, publicando que

[...] são, pois, fundados os temores de que a alfabetização, de que agora cuida o ministério, seja usada não para o nobre fim que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de incutir a semente comunizante em milhares de nossos patricios. O método Paulo Freire, que vem sendo empregado, presta-se aliás de forma excelente para isso (Folha de São Paulo, 1964, p. 04).

Esse ataque, porém, ultrapassa a discordância pedagógica: ao mirar a alfabetização popular, o periódico tensiona a possibilidade de consciência política dos trabalhadores, especialmente no Nordeste, marcado por lutas pela terra e por experiências de educação popular. Assim, o alvo não é apenas um método, mas a ampliação do acesso ao direito à palavra e à organização social.

Antes de prosseguir, é necessário elucidar que, nos anos anteriores ao golpe, o Nordeste foi marcado por uma série de lutas populares, em especial no que diz respeito à luta pela terra e pela educação popular. Nesse âmbito, a organização dos trabalhadores do campo contribuiu para o fortalecimento de um sindicalismo rural mais forte na defesa de seus interesses. Dessa forma, não se tratava de se opor simplesmente a um método de alfabetização, mas à tomada de consciência política por parte dos trabalhadores.

Cumprido destacar que o “espectro do comunismo” continuava presente

nas páginas da Folha de São Paulo, em diferentes edições ou nos editoriais, como em 14 de março de 1964, um dia após o Comício da Central do Brasil.

Nos últimos tempos, o fenômeno (do comunismo) se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo [...]. chegaram mesmo a preconizar a união de estudantes, sargentos e suboficiais e camponeses para implantar no Brasil as reformas de que muito se tem falado ultimamente [...] (Folha de São Paulo, 1964, p. 04).

O jornal intensificou o repertório de “desordem”, “ilegalidade” e “ameaça”, apresentando as Reformas de Base como caminho para a ruptura constitucional e sugerindo a necessidade de intervenção militar como “poder moderador”. Nesse ponto, a “legalidade” é mobilizada de modo seletivo: não para defender a ordem democrática, mas para legitimar o bloqueio das reformas e a derrubada do governo eleito.

No editorial sobre o Comício da Central do Brasil, o periódico caracterizou o evento como fruto de uma “longa, sensacionalista e ridícula preparação psicológica” e descreveu o presidente como alguém que “se porta como uma pré-fuehrer”, ao mesmo tempo em que enquadrava os decretos de desapropriação como ataques à Constituição e a mobilização popular como convite à “desordem e ilegalidade” (Folha de São Paulo, 1964, p. 04). A operação retórica é reveladora: ao associar participação popular com ameaça à lei, o jornal deslegitimava a política como espaço de disputa coletiva, reservando à Constituição uma função seletiva, acionada não para defender direitos, mas para barrar reformas que contrariavam os interesses dominantes.

Dessa forma, o golpe de 31 de março de 1964 não aparece como imprevisto, não foi “um raio caído de um céu azul” ou uma ação espontânea de algumas lideranças militares., mas como resultado de uma articulação de classe, financiamento, mobilização de entidades empresariais e, sobretudo, preparação ideológica promovida por dispositivos de comunicação. Ao transformar o conflito social em ameaça moral e política, a Folha converteu interesses particulares em suposto “interesse nacional”, apelando à “pátria”, à

“Constituição” e às “liberdades” para justificar a supressão concreta de direitos.

Ainda no mesmo editorial, o referido periódico clama pela intervenção militar, como uma espécie de poder moderador, capaz de manter a ordem diante da desordem representada pelas ações ilegais do Presidente da República.

[...] O comício de ontem, se não foi um comício de pre-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla (Folha de São Paulo, 1964, p. 04).

Sem dúvidas, a Folha de São Paulo, em seus editoriais, mostrou-se favorável à queda de João Goulart da presidência, e o fez declarando-se em defesa da “Constituição” e da “pátria”, escamoteando os reais interesses que representava. Não faltaram em suas páginas o apelo às Forças Armadas e a necessidade de combate ao comunismo, que representaria o caos e a desordem em nosso país. A hipotética neutralidade militar seria, para os apóstolos do golpe, a garantia do atendimento dos interesses nacionais. Dessa forma, o posicionamento da Folha de São Paulo em defesa do “legalismo” não passou de uma farsa. Seu apoio ao golpe demonstra que o legalismo foi substituído pela defesa da democracia, das liberdades e da pátria.

Ora, diante disso, não há nada de novo no front da burguesia. Na perspectiva do periódico, só era autêntico e razoável o que emanava das instituições formais da democracia burguesa, tal qual o poder legislativo ou mesmo a imprensa, compreendida como a porta-voz dos anseios nacionais. Nessa lógica argumentativa, os movimentos populares seriam constituídos por lideranças demagógicas e, assim, não tinham voz para o periódico. A compreensão desse alinhamento exige considerar, ainda, as conexões entre IPES/IBAD e os principais meios de comunicação, compondo uma ofensiva

coordenada sobre a opinião pública. A imprensa selecionava e hierarquizava acontecimentos, definia o que deveria circular e o que deveria ser silenciado, apresentando como “voz do povo” manifestações conduzidas por setores conservadores, como no caso da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e reforçando a imagem de unidade nacional contra um inimigo interno.

A esse respeito, Dreifuss (1981) menciona que o IPES articulou um “sincronizado assalto à opinião pública”, envolvendo os principais conglomerados de mídia do país: os Diários Associados, a Folha de São Paulo (ligada ao grupo de Octavio Frias, associado do IPES), o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil e as Organizações Globo, entre outros. A abrangência dessa rede é significativa: não se tratava de posicionamentos editoriais coincidentes, mas de uma ofensiva coordenada, com estrutura organizativa comum, que convertia o aparato privado de comunicação em instrumento de classe. Nesse sentido, a cumplicidade da Folha com o IPES não foi episódica, mas estrutural, o que desfaz qualquer pretensão de neutralidade jornalística no período.

Logo após o golpe, o periódico reafirmou a narrativa de que a crise seria causada por “elementos comunistas” infiltrados no Estado e, por extensão, passou a orientar o leitor a enxergar manifestações sindicais, estudantis e críticas ao regime como “agitações” que impediam o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a Folha de São Paulo funcionou como um “partido” no interior da sociedade civil, orientando seus leitores conforme parâmetros burgueses, qualificando opositores como “subversivos”, “terroristas” e outros rótulos que legitimavam a repressão e naturalizavam a violência de Estado. Conforme o jornal,

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo [...]. Ali estava o povo mesmo, o povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria [...] (Folha de São Paulo, 1964, p. 4).

A ideia de “pátria” difundida amplamente na imprensa do período estaria permeada pela convivência em sociedade, uma vez que tradicionalmente seríamos um “povo” pacífico e ordeiro. Por esse raciocínio, a intervenção militar nos livraria da luta de classes e da ameaça comunista. Logo após o golpe de Estado, em 02 de abril de 1964, a Folha de São Paulo afirmou em editorial,

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo governo de importantes Estados da Federação. Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo. O que as pessoas de bom senso têm reiteradamente perguntado é isto: se o Partido Comunista se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo, se os elementos sabidamente comunistas têm sido sistematicamente batidos nas eleições em que prevalece o voto secreto e, mais do que isto, se tem obtido esmagadoras vitórias os líderes que se declaram ostensivamente contra o comunismo, por que haveriam estes de dominar no Brasil e dar o tom da política nacional? (Folha de São Paulo, 2/4/1964, p. 04).

Assim, por trás dos editoriais ou reportagens supostamente “neutras” e “isentas”, ainda que não afirmadas claramente pela Folha de São Paulo ou outros órgãos de informação burguesas, havia uma orientação muito clara ao leitor: as manifestações sindicais, estudantis ou mesmo de insatisfação contra

os governos militares constituíam-se em agitações que atrapalham o desenvolvimento econômico e social do Brasil. De tal modo, a grande imprensa e, em especial, a Folha de São Paulo deve ser compreendida como uma espécie de “partido” que orienta seus leitores segundo os parâmetros dos interesses burgueses. Em outras palavras, não se trata de uma manifestação abstrata e desvinculada da realidade material que se insere.

Por isso, antes e depois do golpe, não faltaram adjetivos para classificar os “inimigos” da “revolução” como “subversivos”, “corruptos”, “assassinos”, “loucos”, “terroristas”, entre outros. As manchetes e notícias eram trabalhadas de modo a não apenas para legitimar o golpe, mas também a ação repressiva contra os que ousavam questionar a ordem estabelecida pela força das armas. Portanto, não deve causar estranheza ao observador mais atento que:

No contexto do “milagre econômico”, no início dos anos 1970, o Grupo Folha se tornou um verdadeiro império jornalístico. Os dados relativos ao lucro e ao patrimônio líquido apenas da empresa Folha da Manhã são impressionantes (Taschner, 1992, pp. 127-128.). Em 1971, o Grupo deu continuidade ao processo de modernização de sua estrutura produtiva. Abandonou a composição a chumbo e adotou o sistema eletrônico de fotocomposição, o que lhe deu ainda mais vantagens sobre os concorrentes (Teles; Osmo; Calazans, 2023, p. 174).

Assim, não é fortuito que, no contexto do “milagre econômico”, o Grupo Folha de São Paulo tenha ampliado seu poder empresarial, trata-se de uma relação material entre orientação política, benefícios estruturais do período e fortalecimento do conglomerado. Como expressão dos interesses hegemônicos, o jornal integra o que Gramsci conceitua como “Estado ampliado”, no qual aparelhos privados de hegemonia organizam consenso e convertem interesses particulares em universais, produzindo “opinião pública” como efeito de direção intelectual e moral. É nessa chave que a imprensa pode ser compreendida como “educadora”, isto é, como instância ativa na manutenção da ordem e na legitimação do projeto burguês.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Gramsci, 2000, v. 2, pp. 20-21).

A partir dessa perspectiva, a imprensa, é compreendida como parte constituinte da sociedade civil, ocupando o papel de divulgar os interesses de determinada classe. Em outras palavras, a imprensa burguesa também agiu como “educadora” ou construtora do consenso. Sendo assim, contribui para a manutenção da ordem. Nesse sentido, os conteúdos presentes nos diferentes periódicos eram apresentados como expressão da verdade ou da imparcialidade do veículo de comunicação, o que lhe permitiu passar a ideia de credibilidade que necessitava.

Em Gramsci (1982), o Estado é compreendido em sentido amplo, comportando duas esferas básicas: a sociedade política, que é constituída pelo conjunto dos mecanismos por meio do qual o Estado exerce a coerção em

nome das classes dominantes; e a sociedade civil, formada pelo conjunto das instituições sociais responsáveis pela elaboração, organização e divulgação das ideologias, abarcando escolas, universidades, sindicatos, igrejas, partidos políticos, órgãos de classe, revistas, jornais, meios de comunicação de massa, entre outros.

Por expressar a manifestação dos interesses do capital, a grande imprensa sob domínio empresarial passa a visão de mundo da burguesia, legitimado as ações do Estado como se fossem os interesses gerais da nação. Nesse sentido, é no interior da sociedade civil que classes e frações de classes arquitetam sua hegemonia, ou seja, buscam ampliar o leque de alianças ou adeptos de suas posições, por meio da direção política e do consenso.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que corresponde à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e coercitivas. (Gramsci, 1982, p. 10).

Retomando o conceito gramsciano de “sociedade civil”, podemos compreender a construção e/ou reforço dos interesses dominantes na legitimação do golpe de 1964. Nesse ínterim, a ditadura civil-militar que se seguiu conseguiu conquistar um relativo grau de hegemonia entre as camadas médias e até mesmo setores da classe trabalhadora. Não por acaso, o caráter do capitalismo brasileiro associado e dependente, reforçado pela ditadura civil-militar que se seguiu, colocou novas demandas para o campo educacional. Desse modo, além da difusão dos valores associados aos interesses da burguesia, a escola também deveria formar trabalhadores adaptados ao processo de modernização e expansão do capitalismo brasileiro.

Dessa forma, a atuação da Folha de São Paulo no pré-1964 e nos primeiros anos do regime não pode ser compreendida apenas como registro de

acontecimentos, mas como intervenção ativa na disputa política. Ao selecionar fatos, hierarquizar acontecimentos e estabilizar sentidos, “ordem”, “legalidade”, “segurança”, “desenvolvimento”, o jornal contribuiu para produzir consenso social em torno da necessidade de “correção” autoritária do processo histórico, convertendo interesses de classe em suposto interesse nacional. Essa função se torna ainda mais evidente quando observamos que a legitimação do golpe não se encerra na derrubada de um governo eleito: ela se prolonga na normalização de um projeto de sociedade, no qual a participação popular é contida e as políticas públicas passam a ser reorganizadas segundo as necessidades do capital.

Educação, trabalho e economia nas páginas da folha de são paulo

A Doutrina de Segurança Nacional, constituiu um parâmetro basilar das políticas públicas durante a ditadura civil-militar no Brasil no âmbito educacional, orientou reformas estruturantes. As mudanças promovidas pela Lei nº 5.540/1968 (ensino superior) e pela Lei nº 5.692/1971 (1º e 2º graus) foram pautadas pelas exigências do modelo de desenvolvimento então em curso, que defendia a formação da força de trabalho com máxima eficiência e produtividade, sob o argumento de atendimento aos “interesses nacionais”.

Nesse sentido, como podemos observar na Lei 5.540 de 1968, a orientação política para o ensino superior era parte constituinte do planejamento econômico, com vistas ao desenvolvimento.

A Lei nº 5.540/1968 expressava com clareza a subordinação do ensino superior ao planejamento econômico: seus artigos autorizavam as instituições a organizar cursos voltados às “peculiaridades de mercado de trabalho regional”, criavam habilitações profissionais de “curta duração” e atribuíam ao Conselho Federal de Educação a fixação de currículos “necessários ao desenvolvimento nacional” (Brasil, 1968). O vocabulário da lei é, ele mesmo, um documento ideológico: “mercado”, “habilitações intermediárias” e “desenvolvimento nacional” deslocam o debate sobre a universidade do terreno do direito e do conhecimento para o da funcionalidade produtiva, apagando qualquer horizonte de formação crítica.

Em nenhum momento se pretendeu fazer das universidades o espaço de um pensamento crítico ou de produção do conhecimento que pudesse contribuir para a elevação cultural dos trabalhadores. Assim, tais espaços foram pensados como um instrumento de legitimação da exclusão ao acesso ao ensino superior dos filhos da classe trabalhadora.

É oportuno lembrar, ainda, que a tese de que a educação torna as pessoas mais produtivas não era proveniente da Escola Superior de Guerra, mas da Teoria do Capital Humano, elaborada por Theodore Schultz. Segundo o autor mencionado, a importância no investimento em capital humano, nomeadamente na educação, melhora o nível de produtividade e impacta no sistema econômico de um país (Schultz, 1973). Na realidade, as ideias do autor estadunidense já circulavam entre intelectuais brasileiros na década de 1960 e esteve presente também em editoriais da grande imprensa ou mesmo no espaço cedido aos intelectuais do regime. Assim, a ideia de eficiência, tão utilizada nas manifestações empresariais do período, mesmo antes das reformas, era um artifício que despolitizava a questão educacional.

Educação técnica [...] Das mais oportunas, excelente sob todos os pontos de vista, é a iniciativa do Fórum Roberto Simonsen, órgão de promoções culturais do Centro e da Federação das Indústrias do Estado, que está realizando um ciclo de conferências sobre educação técnica e industrialização. E é um empreendimento oportuno porque, exatamente no momento em que todos nós devemos empenhar no combate à inflação, como medida de salvação da economia nacional ameaçada de colapso, aprimorar a educação técnica é caminho certo para melhorar a produtividade, elevar o padrão de mão de obra nacional e dar melhores condições de trabalho à juventude nacional, bem como aqueles que já se encontram em serviço, em nosso parque fabril (Folha de São Paulo, 1964, s./p.).

A partir do projeto de expansão industrial no Brasil, a defesa da formação do trabalhador foi uma constante em diferentes espaços da sociedade civil. Assim, para além das ideias que circularam, as reformas empreendidas no período objetivavam qualificar o trabalhador nos moldes dos interesses empresariais e transmitir os valores que contribuíssem para reprodução da força de trabalho. Em 30 de março de 1967, a Folha de São Paulo abordava, por meio de um editorial, as iniciativas do governo para a educação superior no Brasil e o vínculo entre desenvolvimento e educação.

O primeiro passo para o desenvolvimento nacional é a educação. Esta convicção de tantos que têm estudado acuradamente o problema, foi proclamada pelo presidente da República, que acrescentou não compreender que “num país de 82 milhões de habitantes não tenhamos capacidade de matricular, de trazer à universidade, um número maior de 155 mil brasileiros jovens”. [...] O tão falado desenvolvimento é, no fundo, uma questão de adequada e abundante formação de mão de obra qualificada em todos os níveis. Sem negar a importância das medidas de ordem estritamente econômico-financeira nesse terreno, e também sem esquecer a alta significação dos programas de obras fundamentais, é preciso salientar, porque mais facilmente olvidado, o papel da educação naquele processo. E a educação em massa (Folha de São Paulo, 1967, p. 04).

Tal qual em outros períodos históricos, diante da incapacidade do capital em resolver as contradições que cria, a educação é apontada como fator de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que a expansão da rede pública de educação em todos os níveis, por si só, não implica necessariamente na democratização do ensino ou na socialização do conhecimento. Entretanto, do ponto de vista da Folha de São Paulo e dos ideólogos do regime, tratava-se de formar trabalhadores qualificados para o atendimento das demandas do mercado.

Ponderamos que no período do chamado “milagre econômico” (1967-1973), apesar das altas taxas de crescimento, persistiam indicadores sociais regressivos; ainda assim, a pauta de reformas educacionais foi retomada com o objetivo de adequar a escola às novas exigências econômicas. Nesse contexto, os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura com a Agency for International Development (AID), conhecidos como os acordos MEC/USAID influenciaram a orientação das reformas, abrangendo diferentes níveis de ensino, formação docente e produção de materiais didáticos, ao mesmo tempo em que a repressão e as intervenções atingiam universidades, professores, reitores e estudantes, buscando reduzir a resistência às políticas educacionais.

Esses acordos abarcaram toda as esferas da educação nacional, desde o então designado primário até a pós-graduação, incluindo o treinamento de professores, a produção de livros didáticos, entre outros aspectos. Entretanto, antes mesmo das reformas promovidas pela ditadura, ainda em 1964, diferentes universidades sofreram processo de intervenção militar, professores e reitores foram demitidos, alunos foram expulsos de suas instituições. Além disso, a sede da União Nacional estudantil (UNE) foi incendiada no primeiro dia do golpe, e a entidade foi colocada na ilegalidade. O mesmo ocorreu com as Uniões Estaduais de Estudantes. Tratava-se, então, de silenciar as lideranças que pudessem colocar em questionamento a orientação política atribuída à educação. Nesse sentido, a repressão contra o movimento estudantil foi um meio de minar ao máximo a resistência contra as políticas educacionais em curso.

Paralelamente, o fortalecimento do aparato repressivo, especialmente após o AI-5 (13/12/1968) e o Decreto-Lei nº 477 (26/02/1969), aprofundou o controle sobre a vida intelectual e política, criando as condições institucionais para a implementação das reformas sem debate público efetivo, em ambiente de cerceamento de direitos e de perseguição a lideranças estudantis e docentes.

Cumpramos assinalarmos, antes de prosseguirmos, não é inoportuno evidenciarmos o posicionamento do jornal diante do arbítrio materializado pelo ato em editorial de 14 de dezembro de 1968,

O processo de normalização da vida nacional, que bem ou mal vinha seguindo seu curso, foi infelizmente

interrompido: voltamos a fase das medidas de exceção, que se esperava estivessem fora de cogitação desde que a atual Constituição entrou em vigor. Deve-se lamentar, antes e acima de tudo, essa interrupção do processo democrático. Sejam quais forem as razões que levaram o presidente da República a adotar a medida extrema, ela só pode deixar contristados todos os brasileiros que conscientes do progresso que o País vem apresentando em vários setores – e especialmente o econômico e financeiro – compreendem que a estabilidade política é fundamental para que o progresso se consolide e acentue. O chefe da Nação deve ter tido fortíssimos motivos para a opção que tomou. Em numerosas oportunidades anteriores, manifestou sua opção de não se afastar da normalidade constitucional, resistindo mesmo, mais de uma vez a apelos e pressões que recebeu no sentido de usar meios drásticos para enfrentar e superar as crises. Os acontecimentos, agora, não deve ter deixado alternativas, senão a que tristemente se consuma. (Folha de São Paulo, 14/12/1968, p. 4).

No contexto da imposição do AI-5 e do fortalecimento repressivo, o Grupo Folha orientou-se pelo apoio mais explícito em defesa dos governos militares. Não se tratou de um apoio de última hora, mas a continuidade de um posicionamento que se forjou antes mesmo do golpe. Assim, a direção do jornal organizou suas publicações a partir de um rígido controle sobre o que deveria ou não ser publicado. Em julho de 1972, a Agência Folha passou a ser dirigida por Luiz Carlos Rocha Pinto, um delegado da polícia civil, que atuava como interlocutor da empresa com os agentes da censura (Teles; Osmo; Calazans, 2023, p. 172).

De tal modo, não deve causar estranheza a defesa orgânica da reforma do ensino superior e sua associação com o desenvolvimento pela Folha de São Paulo, o que pode ser evidenciado no artigo de José Reis nas páginas do jornal.

A ciência de reformar o ensino. Essa reforma, nem sempre bem definida, porém agudamente sentida, é reclamada em todo o mundo, mas há de ser mais intensamente procurada nos países menos desenvolvidos, onde são maiores e de mais longa data os erros educacionais. [...] O fundamental não é reforma de estruturas no sentido de organização estática, de organograma, mas de atitudes, em particular dos mestres, políticos e administradores em relação ao problema da educação. [...] Pelo ensino melhoramos sem dúvida cada pessoa individualmente, mas quando organizamos o sistema de ensino de um país temos de pensar nele como investimento de interesse nacional; daí uma ligação muito íntima entre sistema de ensino e formação de mão de obra. (Reis, 1968, p. 69).

Dentro do contexto marcado pelo crescimento do aparato repressivo e das reformas demandadas pelos capital, a materialização da Lei n. 5.540/68 buscou atender algumas reivindicações estudantis e, concomitantemente, silenciar as vozes discordantes. Assim, prevaleceu o projeto das frações mais dinâmicas da burguesia brasileira, das agências internacionais, como a United States Agency for International Development e de determinados setores internos à universidade.

Dessa forma, tendo como premissa o projeto do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), a Lei n. 5.540 de 1968, cuja elaboração se fez no momento do acirramento do caráter repressivo da ditadura, pode ser entendida como um meio de modernização do ensino superior, com vistas ao atendimento das demandas do capital. Dessa maneira, instituiu-se no meio acadêmico a departamentalização, o ciclo básico, a unificação do vestibular, a matrícula por disciplina (sistema de créditos) e a criação de cursos de curta duração.

Obviamente, não se tratou de um processo de democratização do ensino superior no Brasil. Isso porque a modernização não era direcionada para os filhos da classe trabalhadora que, em sua esmagadora maioria, continuavam

fora das instituições públicas. Tal compreensão fica evidente a partir da entrevista publicada em 15 de maio de 1968, na Folha de São Paulo, pelo Ministro da Educação Tarso Dutra.

Tarso Dutra defende cursos pagos na Universidade. Contestando a afirmação de que os cursos pagos a educação seria um privilégio de ricos, o Ministro Tarso Dutra argumentou: “O importante para o governo é instituir o ensino gratuito e oferecer o ingresso a alunos que satisfaçam as condições de competência, para ingressar. É o sentido do vestibular: quem o ultrapassa, tem a matrícula garantida. Não é exato de que o filho do operário só passa estudar a noite. Se puder passar o exame de seleção, frequenta a universidade de dia. Errado seria estabelecer um critério social para o ingresso no ensino superior: seria a própria degradação do ensino. E acrescentou: “Ninguém é obrigado a frequentar os cursos pagos. Durante o dia eles são gratuitos. O que é errado é procurar evitar a criação desses cursos só porque eles são pagos. A criação de cursos superiores é benéfica para todo o povo brasileiro (Folha de São Paulo, 1968, p. 16).

A manifestação do ministro revela o caráter de classe da orientação política e econômica, pautada na Doutrina de Segurança Nacional. A ideia de meritocracia é reforçada na medida em que ingressam no ensino superior os candidatos que “satisfaçam as condições de competência” para tal. No entanto, há que se questionar: o que significa o mérito em uma sociedade profundamente desigual? Dessa forma, a finalidade da política educacional foi orientada pela formação de profissionais em nível superior para o atendimento das demandas do Estado e das empresas privadas, bem como os cargos de nível médio.

O tripé ideológico de sustentação da política era constituído pela Doutrina de Segurança Nacional, pela

teoria do capital humano e por correntes do pensamento cristão conservador. A este último coube legitimar, num país de maioria católica, as iniciativas do Estado militar de associar claramente a educação e produção capitalista, bem como de formar sustentação e toda ideologia estatal, uma vez que o nome de Deus e os princípios cristãos eram sempre invocados pelos poderosos (Germano, 2005, p. 183).

Nesse contexto, o Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, reproduzia e reforçava, no âmbito das instituições de ensino, o caráter autoritário do AI-5, coibindo qualquer tentativa de manifestação política dentro das escolas e das universidades. Com o Decreto n. 477, o Estado militarizado pretendia reforçar definitivamente o controle ideológico sobre as instituições de ensino no país em um contexto de reforma do ensino superior. Assim, tal decreto alavancou inúmeros processos administrativos contra professores e estudantes suspeitos de práticas ou subversivas ou de ideias consideradas contrárias aos interesses nacionais.

Foi dentro desse contexto extremamente repressivo que a administração de Emílio G. Médici promulgou a Lei n. 5.692 de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, elaborada a partir do espírito da Teoria do Capital Humano e das necessidades de ajuste da política educacional ao padrão de desenvolvimento propugnado pela ditadura civil-militar. Diferentemente da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que tramitou por mais de uma década no Congresso até sua aprovação, em 1961, a Lei n. 5.692 de 1971 não demorou mais do que três meses para ser aprovada por unanimidade. Ainda que haja semelhanças entre as duas leis, a grande diferença encontra-se no âmbito de formação para o trabalho e o caráter de terminalidade do ensino de 2º grau (Gomes; Zanelato; Pita, 2021).

Cumprasse assinalar que, no contexto em questão, todas as instituições de ensino de 2º grau deveriam escolher, entre as mais de 100 habilitações, que abarcavam formações variadas, o que seria ofertado como curso profissionalizante aos alunos matriculados. Ao término do 2º grau, então, o aluno estaria habilitado em alguma profissão.

Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações (Brasil, 1971, p. 01).

É oportuno contextualizar que os governos dos pós golpe de 1964 apresentavam como objetivo a redução dos gastos do Estado com o ensino. Por isso, era indispensável reduzir a demanda pelo ensino superior. Nesse contexto, a reforma promovida pela Lei n. 5.692, de 1971 possuía um caráter utilitarista, na medida em que objetivava a inserção do aluno no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, almejava reduzir a demanda pelo ensino superior. Entretanto, a realidade material das escolas, caracterizada pelas precárias instalações, pelas precárias condições de trabalho docente e pelos poucos investimentos na área educacional impediram que tal reforma tivesse êxito.

Esses problemas no processo de implementação do ensino profissionalizante, além de não possibilitarem as condições de igualdade proclamadas pelos apóstolos da ditadura, apresentaram, como desdobramento, o fracasso na profissionalização de 2º grau e a desorganização curricular. No entanto, a julgar pelas publicações presentes na Folha de São Paulo, a reforma era auspiciosa em diferentes aspectos.

Apenas a consideração dessa nova forma de dirigir a aprendizagem escolar, auspiciosa sob vários aspectos, deverá exigir uma cuidadosa planificação do ensino, com a discriminação de horários, responsabilidade do professor que dirigirá a recuperação e forma de pagamento para tais trabalhos extras tão necessários para a elevação do nível de ensino nas escolas primárias e secundárias (Penteado, 1971, p. 61).

A leitura das páginas do referido jornal revela que, nos primeiros momentos após a promulgação da Lei n. 5.692 de 1971, a Folha de São Paulo revelou-se uma tribuna em defesa da reforma, além de alertar, em algumas de suas edições, sobre a “[...] a necessidade de cuidar do preparo do professorado, para que ele se desincumbia satisfatoriamente da parte - fundamental, insistisse – que lhe caberá na aplicação da reforma” (Folha de São Paulo, 1971, p. 05). O argumento de que o sucesso da reforma dependia da preparação dos professores viria a se repetir em outras edições, associando a educação ao desenvolvimento: “O professor é hoje um dos especialistas que ao país interessa prioritariamente formar, para a sustentação do processo de desenvolvimento nacional” (Folha de São Paulo, 1972, p. 05).

A partir de 1974, com a posse de Ernesto Geisel, no momento marcado pelo início do esgotamento do chamado “milagre econômico”, que não pode ser desvinculado da crise do capitalismo mundial, o Brasil iniciava o período de abertura “lenta, gradual e segura”. Tratava-se, portanto, de uma transição negociada entre os setores dominantes da burguesia brasileira de forma a permitir a continuidade da hegemonia burguesa. Nos anos posteriores, a Folha de São Paulo prosseguiria em suas análises sobre a reforma, mudando seu posicionamento editorial e apontando para o caráter autoritário da Lei n. 5.692, de 1971, mas sem questionar seus fundamentos, oriundos da educação burguesa.

Por fim, progressivamente, o Ministério da Educação foi promovendo alterações no caráter profissionalizante da lei (Pareceres CFE 45/72 E 76/75), até sua revogação total, por meio da Lei n. 7.044 de 1982. Foi o período marcado pelo esgotamento da ditadura, mas não da hegemonia burguesa. No entanto, as marcas deletérias da ditadura continuariam presentes na sociedade.

Nesse direcionamento, a leitura das páginas da Folha de São Paulo no período evidencia que a educação é representada, sobretudo, como meio para o desenvolvimento econômico e para o atendimento às necessidades do mercado de trabalho, em consonância com o projeto político do regime. Nesse enquadramento, a escola aparece como engrenagem da modernização e da produtividade, enquanto a linguagem de “eficiência”, “formação de recursos humanos” e “planejamento” opera como argumento técnico que despolitiza os

conflitos sociais e desloca a educação de sua dimensão pública e emancipatória. Assim, o discurso jornalístico tende a naturalizar a subordinação do processo educativo à racionalidade econômica, fortalecendo a ideia de que o valor da educação reside prioritariamente em sua utilidade para a acumulação e para o crescimento.

Esse horizonte se reforça quando se observam as reformas educacionais do período, especialmente as Leis nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971, apresentadas como instrumentos de modernização capazes de ajustar os sistemas de ensino às demandas do “milagre econômico”. A organização do ensino, a flexibilização curricular e a ênfase na profissionalização são tratadas como respostas racionais ao desenvolvimento, ocultando que tais medidas se dão em contexto autoritário, com controle político sobre universidades, docentes e estudantes, o que reduz a possibilidade de debate público e de formulações alternativas. O resultado é um modelo de educação orientado pela adequação funcional, no qual a democratização do conhecimento tende a ser substituída por uma lógica de formação ajustável e disciplinada, compatível com a reorganização produtiva e com a contenção da participação popular.

Por fim, ao difundir uma visão de educação alinhada à Teoria do Capital Humano e às diretrizes de modernização associadas a interesses externos (como no caso dos acordos MEC/USAID), o jornal contribui para consolidar a concepção de que investir em educação é, fundamentalmente, investir em produtividade e competitividade. Essa operação ideológica é decisiva porque produz consenso: transforma uma escolha política, subordinar a escola ao projeto econômico do regime, em suposta necessidade técnica e universal. Desse modo, a Folha não apenas noticia reformas e políticas, mas participa da legitimação de um projeto educacional que reforça a ordem vigente, articulando educação, trabalho e economia como dimensões de um mesmo programa histórico de acumulação e controle social.

Considerações finais

A análise realizada permite compreender que a Folha de São Paulo, a exemplo da grande imprensa comercial, não atuou como simples observadora do processo histórico, mas como agente político que participou da construção de legitimidade para a ruptura institucional de 1964 e para a normalização do regime autoritário. Ao desqualificar o governo João Goulart, difamar os movimentos populares e sustentar a intervenção militar como suposta expressão dos “interesses da nação”, o periódico contribuiu para organizar uma “pedagogia política” voltada à produção de consenso e à aceitação social do arbítrio como solução para o conflito.

Nesse movimento, a imprensa aparece como uma empresa capitalista organicamente vinculada à defesa da ordem social vigente, funcionando como um tipo de “partido” da burguesia ao orientar seus leitores segundo parâmetros que convertem interesses particulares em interesses “universais”. Assim, a atuação editorial não apenas reforçou o anticomunismo e a criminalização das lutas sociais, como também ajudou a consolidar sentidos como “ordem”, “legalidade” e “desenvolvimento” para justificar tanto a repressão quanto a contenção das demandas populares. Por fim, evidencia-se que os ganhos econômicos e empresariais obtidos por grupos de mídia no contexto do “milagre econômico” não podem ser separados do ambiente político autoritário que viabilizou o projeto de modernização conservadora.

A permanência de disputas em torno da memória do período, como mostram leituras que relativizam a violência da ditadura civil-militar, reforça a importância de analisar criticamente o papel da imprensa na fabricação do consenso, sobretudo quando suas narrativas seguem influenciando o presente e reeditando argumentos que buscam minimizar os danos sociais, políticos e educacionais produzidos naquele contexto.

No campo educacional, o jornal contribuiu para difundir e naturalizar um projeto que subordina a escola às exigências do capital, deslocando o debate sobre democratização do conhecimento para uma lógica de eficiência, produtividade e formação de mão de obra. Desse modo, a legitimação da ditadura não se restringe ao apoio político ao golpe: ela se prolonga no apoio às reformas e diretrizes que reordenaram a educação como instrumento do desenvolvimento associado e dependente, reforçando a exclusão educacional

e priorizando a formação de quadros ajustados às necessidades do Estado e das empresas.

Referências bibliográficas

Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes.

Brasil. (1961, 20 dezembro). Lei nº 4.024. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acedido em 02 de abril, 2025, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. (1968, 28 novembro). Lei nº 5.540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Acedido em 02 de abril, 2025, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. (1969, 26 fevereiro). Decreto-Lei nº 477. Define infrações disciplinares em estabelecimentos de ensino. Acedido em 02 de abril, 2025, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1971, 11 agosto). Lei nº 5.692. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Acedido em 02 de abril, 2023, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

Dreifuss, R. (1981). *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes.

Favaro, N. A. L. G., Semzezem, P., & Marcolino, E. A. (2020). Ensino médio na ditadura (1964-1985): análise crítica de suas funções. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9(7), 1-21.

Folha de São Paulo. (1963, 20 junho). Uma ideologia ameaça o Brasil. O que é o comunismo? *Folha de São Paulo*, p. 1.

Folha de São Paulo. (1968, 14 dezembro). Editorial. *Folha de São Paulo*, p. 4.

Folha de São Paulo. (1968, 15 maio). Tarso Dutra defende cursos pagos na universidade. *Folha de São Paulo*, p. 16.

Folha de São Paulo. (1971, 21 novembro). Editorial. *Folha de São Paulo*, p. 6.

Folha de São Paulo. (1972, 18 novembro). Editorial. *Folha de São Paulo*, p. 6.

Germano, J. W. (2005). *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.

Gomes, M. A. O., Zanelato, Í., & Pita, C. (2021). Estado, capital e reforma da educação: a Lei 5.692/71. *Revista Teias*, 65, 382-395.

Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2000). *Cadernos do cárcere* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lênin, V. I. (2007). *O Estado e a revolução: o ensino do marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Centauro.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

Motta, R. P. S. (2012). *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.

Paulino, A. E. L. (2020). O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *Revista Katálysis*, 23(3), 562-571.

Penteado, J. (1971, 27 junho). Nova forma de dirigir a aprendizagem escolar. *Folha de São Paulo*.

Reis, J. (s.d.). A ciência de reformar o ensino. *Folha de São Paulo*, p. 69.

Schultz, T. W. (1973). *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.

Serbin, K. P. (2001). *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Teles, E., Osmo, C., & Calazans, M. O. (Orgs.). (2023). *Informe público: a responsabilidade de empresas por violações de direitos humanos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF/Unifesp.

Toledo, C. N. (2004). 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, 47, 13-28.

Notas Biográficas

Marco Antônio de Oliveira Gomes

É professor associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM). Possui licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1988) e graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral (1997). É mestre (2001), doutor (2008) e realizou pós-doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desenvolve pesquisas na área de História da Educação, com ênfase nas relações entre Estado, economia e educação, especialmente no contexto da ditadura civil-militar brasileira, além de estudos sobre imprensa e educação, intelectuais e políticas educacionais. É líder do Grupo de Pesquisa Fundamentos Históricos da Educação (UEM/CNPq) e integra grupos de pesquisa voltados à história da educação brasileira.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>

E-mail: maoogomes@uem.br

Morada/: Universidade Estadual de Maringá

CRedit: Conceitualização; Metodologia; Supervisão; Administração do projeto; Redação do rascunho original.

Crislaine Aparecida Pita

É doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Atua como professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na rede municipal de ensino de Maringá. Possui mestrado em Educação (2021) e graduação em Pedagogia (2019) pela mesma instituição. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação (GEPFHE) e o Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), vinculados ao GT HISTEDBR Maringá.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7917-6882>

E-mail: crislainepita00@gmail.com

Morada/: Universidade Estadual de Maringá

CRedit: Investigação; Curadoria dos dados; Análise formal; Visualização; Redação do rascunho original; Redação – revisão e edição.

Adriana Aparecida Rodrigues

É doutora em Educação (2022) e realizou pós-doutorado em Educação (2024). Possui graduação em Pedagogia (2011) e História (2015), além de especializações nas áreas de Educação Infantil, Educação Especial e metodologias de ensino. Atua como docente no Centro Universitário UniFatecie (UNIFATECIE), nas modalidades presencial e a distância. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC) e o Grupo de Pesquisa Fundamentos Históricos da Educação. Também atua no Comitê de Ética em Pesquisa da instituição e na Coordenação Geral dos Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4694-4723>

E-mail: dricarodrigues66@hotmail.com

Morada/: Centro Universitário UniFatecie (UNIFATECIE)

CRedit: recursos; Validação; Investigação; Redação do rascunho original;
Redação – revisão e edição.

Data de receção (05/03/2026) e de aceitação (28/07/2026)